



Ata da 340ª, tricentésima quadragésima, reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Jacareí realizada em vinte cinco de abril de dois mil e vinte e três. Nesta data reuniu-se o Conselho Deliberativo do IPMJ em modo híbrido, sendo on-line e na sala de reuniões da sede do IPMJ, sob a presidência da presidente do IPMJ Sra. Rossana Vasques. Presentes à reunião os conselheiros: Adriana Cristina de Souza Faria (on-line), Carlos Augusto Zani (on-line), Danielle de Paula, José Ricardo Vinhas (on-line), Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo (on-line), Lucieni Cristina Galvão Lázaro, Reynaldo Bueno Prianti Neto (on-line) e Victor Adriano Vieira Silva. Ausentes: Alexandre Vinicius de Souza, Ana Paula Nola Denski Bif, Carlos Alberto Abreu dos Santos, José Edson Silva Souza, Renata Ramos Vieira, que justificaram a ausência e Dayane Lisboa Azevedo que não justificou. Também participaram da reunião a assessora financeira e contábil da presidência Fabíola de Melo Silva, o advogado do IPMJ Dr. Francisco e o assessor da presidência Luís Gustavo Ferreira Bonacina, por vídeo conferência e a Diretora de Benefícios Sandra P. Rossi, presencialmente. A reunião teve início às 9h10, sendo conduzida pela presidente, que após os cumprimentos de praxe, anunciou a pauta do dia conforme a convocação, após, seguiu-se a pauta: 1- Aprovação das Atas 339ª Reunião Ordinária e 151ª Reunião Extraordinária. A presidente comunicou que as atas foram encaminhadas por e-mail com antecedência aos conselheiros para análise. Aberta a votação, não houve alterações e as atas foram aprovadas sem emendas por unanimidade. 2- Finanças (Investimentos, Aprovação do Balancete). O balancete do mês de Março/2023 foi disponibilizado aos conselheiros por e-mail para análise. A apresentação foi iniciada pelas Receitas Orçamentárias, esclarecendo a assessora da presidência Sra. Fabíola que a Prefeitura, SAAE, Fundação Cultural, Câmara Municipal e Regulação repassaram as contribuições dos servidores referente a folha competência de Fevereiro/2023, e o IPMJ referente a competência de Março/2023, que totalizou o valor de R\$ 2.471.580,11 (dois milhões, quatrocentos e setenta e um mil, quinhentos e oitenta reais e onze centavos), com um acumulado de R\$ 8.789.550,05 (oito milhões, setecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e cinquenta reais e cinco centavos), lembrando que a alíquota dos servidores é de 14%. Foi registrada a receita de contribuição oriunda de Sentenças Judiciais no valor de R\$ 19.893,92 (dezenove mil, oitocentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos). Referente aos acordos de parcelamentos de servidores foi aferido o valor de R\$ 18.197,78 (dezoito mil, cento e noventa e sete reais e setenta e oito centavos), acumulando o valor de R\$ 42.493,23 (quarenta e dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e vinte e três centavos) referente a dois acordos de parcelamento ativos (fichas 9 e 10), esclarecendo que ambos os parcelamentos foram em 60 vezes estando um na parcela 42/60 e o outro na parcela 59/60. Receita patrimonial (rendimentos reconhecidos orçamentariamente sempre que há movimentação na carteira de investimento – renda fixa, variável, investimentos no exterior ou juros de títulos públicos); no mês de Março/2023 registrou-se movimentação somente dos fundos de renda fixa no valor de R\$ 354.979,12 trezentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta e nove reais e doze centavos), gerando um acumulado de R\$ 5.428.034,86 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos). Em decorrência da Restituição de Benefícios Previdenciários, foi registrado o valor de R\$



3.278,22 (três mil, duzentos e setenta e oito reais e vinte e dois centavos). Quanto ao COMPREV (compensação previdenciária) no mês, o valor bruto contabilizado foi de R\$ 221.040,92 (duzentos e vinte e um mil, quarenta reais e oitenta e dois centavos), referência de janeiro/2023, destacando que desde o início da compensação com o sistema da Dataprev, tem ocorrido alguns ajustes devido a glosas de baixas de beneficiários, gerando um acumulado de R\$ 1.028.585,93 (um milhão, vinte e oito mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e três centavos). Destacou ainda o registro de outras receitas correntes do IPMJ, que são as consideradas da taxa de administração e são registradas como despesas orçamentárias, seguidas das receitas de honorários advocatícios e outras receitas próprias do IPMJ. A assessora observou que a 690, é a aplicação utilizada para o maior controle da taxa de administração, criada pelo Tribunal de Contas, na estrutura do AUDESP para controlar os valores da taxa de administração, acrescentou ainda os valores referente as outras receitas próprias do IPMJ. Na descrição de Receitas Intra OFSS, anunciou as contribuições patronais repassadas, assim como as contribuições dos servidores, pela Prefeitura, SAAE, CMJ, SRJ e Fundação Cultural referente a folha de Competência de Fevereiro/2023 e IPMJ referente a competência de Março/2023, a assessora observou que o repasse refere-se à contribuição patronal de 16,70% com um acréscimo de 3,52% conforme previsto referente aos professores registrando o valor total de R\$ 2.669.449,05 (dois milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e cinco centavos), com um acumulado no valor de R\$ 9.411.265,13 (nove milhões, quatrocentos e onze mil, duzentos e sessenta e cinco reais e treze centavos). Registrou o recebimento de três contribuições oriundas de pagamentos de precatórios no valor de R\$ 18.203,20 (dezoito mil, duzentos e três reais e vinte centavos). Quanto aos acordos de parcelamento, destacou a origem dos reparcelamentos para melhor entendimento, assim, informou que o Acordo 00106/2009 foi reparcelado com o número 01060/22, o Acordo 0097/2010 foi reparcelado com o número 01064/22, o do Acordo 00098/2010 com o número 01062/22 e o Acordo 00268/21 FOI REPARCELADO COM O Nº 00649/22, sendo todos conforme a Emenda 113/21, estando estes sob a análise da Secretaria de Previdência, acrescentando que há ainda um acordo novo referente as diferenças apontadas no PAP nº 18 da auditoria, de 2016 a 2020, com o nº 59/2023, sendo ele em 60 meses, totalizando assim o valor de R\$ 1.503.297,97 (um milhão, quinhentos e três mil, duzentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos), com um acumulado de R\$ 3.633.310,37 (três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e dez reais e trinta e sete centavos). Quanto as demais contribuições sociais, a assessora descreveu à alíquota suplementar (amortização do déficit atuarial) que no balancete do mês de Março/23 foi de 19,52%, totalizando no mês o valor de R\$ 3.494.246,83 (três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais, oitenta e três centavos), totalizando no período em receitas orçamentárias o valor de R\$ 11.049.852,92 (onze milhões, quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos), registrando ainda que o SAAE, a Fundação Cultural, a Câmara Municipal, o IPMJ e a Regulação já fizeram o pagamento total, e a Prefeitura fez o parcelamento informado referente ao PAP 018/22, entretanto, esclareceu que a Prefeitura ainda possui mais um acordo de parcelamento, pois o Acordo 59/2023



contempla apenas o período de 2016 a 2020, restando ainda o período de 2021 e 2022, que está sendo verificado junto ao DATAPREV. E finalizando as receitas Intra OFSS, foi registrado o valor de R\$ R\$ 40.116,72 (quarenta mil, cento e dezesseis reais e setenta e dois centavos) referente ao repasse da Câmara Municipal de valor de benefício pago a servidor aposentado. Totalizando o valor de R\$ 10.781.666,36 (dez milhões, setecentos e oitenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e nove centavos) de Receita Orçamentária no mês, acumulado o valor de R\$ 39.459.505,37 (trinta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e cinco reais e trinta e sete centavos). Das Receitas Extra Orçamentárias esclareceu sobre sua descrição, sendo estas consignações transitórias que são repassadas. Das Despesas Orçamentárias explicou que estas são dispostas em empenhadas, liquidadas e pagas; apresentando as descrições por ações, iniciando pelas despesas previdenciárias, descritas como despesas com inativos e pensionistas, no mês de março foi empenhado o valor de R\$ 10.724.224,94 (dez milhões, setecentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos), com um acumulado de R\$ 32.824.540,02 (trinta e dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta reais e dois centavos), seguida das despesas com o COMPREV, destacando que o valor líquido recebido em conta corrente é a receita menos o valor lançado como despesa, sendo que no mês de março o valor foi de R\$ 226.669,41 (duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e quarenta e um centavos). Em uma nova descrição orçamentária registrou o empenho de R\$ 120.115,34 (cento e vinte mil, cento e quinze reais e trinta e quatro centavos) sendo empenho destinado ao pagamento da empresa que ganhou a licitação do projeto de construção da nova sede do IPMJ, não havendo pagamento no momento. Descreveu a despesa com Obrigações sobre Valores Mobiliários/PASEP (Santander DI), seguida das despesas administrativas, relatando as Despesas e Encargos com Pessoal. Quanto a despesa com a Manutenção Gabinete da Diretoria Executiva do IPMJ, com a Manutenção Predial e Veicular, totalizando o valor de despesas empenhadas no período de R\$ 11.541.468,25 (onze milhões, quinhentos e quarenta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com um acumulado de R\$ 34.779.903,11 (trinta e quatro milhões, setecentos e setenta e nove mil, novecentos e três reais e onze centavos). Esclareceu que as Despesas Extraorçamentárias registram os repasses das receitas extraorçamentários, dividido em três despesas INSS/terceirização e INSS/folha e IPMJ/vencimentos e vantagens. Apresentou o resumo do balancete destacando o valor de R\$ 617.541.855,84 (seiscentos e dezessete milhões, quinhentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) descrito como valor em disponibilidade em 01/01/2023, já em 31/03/23 o valor registrado na mesma descrição foi de R\$ 633.376.130,63 (seiscentos e trinta três milhões, trezentos e setenta e seis mil, cento e trinta reais e sessenta e três centavos), valor composto por R\$ 8.448.886,45 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos) que estava disponível em conta corrente para o pagamento dos aposentados e pensionistas, e o valor de R\$ 624.927.244,18 (seiscentos e vinte e quatro milhões, novecentos e vinte e sete mil, duzentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos) que compõe a parte financeira da carteira de investimento do instituto. A assessora



declarou que referente a este valor, é possível acompanhar toda movimentação do mês no relatório, sendo o primeiro extrato referente às movimentações previdenciárias, esclarecendo as movimentações do fundo DI, as aplicações no Santander e um reconhecimento dos rendimentos, esclarecendo que esse é um dos valores que formam a receita patrimonial observada no balancete orçamentário. Quanto a movimentação para resgate, no mês estas movimentações foram para fluxo de caixa. Apresentou também o extrato de disponibilidade dos valores para controle da taxa de administração do fundo Santander DI, relatando ainda sobre a movimentação de aplicação do mês anterior, quando a necessidade de enquadramento do fundo DI Santander, o que gerou um impedimento temporário de aplicação de novo valor, que já foi resolvido. A Assessora Fabíola esclareceu que no ano passado foi utilizado um valor inferior ao possível legalmente quanto a taxa de administração, passando a esclarecer como ocorreram as despesas. Das Despesas Pagas no período destacou o tipo de despesa descrita como Previdenciária (Aposentadorias e Reformas/ COMPREV/ Obrigações tributárias e Contributivas/ Pensões) com o valor total de R\$ R\$ 11.812.979,36 (onze milhões, oitocentos e doze mil, novecentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos). Quanto ao tipo de despesa descrito como taxa de administração destacou os valores comprometidos com a formação de servidores, serviços com terceiros/pessoa jurídica, dentre outras despesas, totalizando o valor de R\$ 298.885,76 (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos), totalizando o valor pago de R\$ 12.111.864,72 (doze milhões, cento e onze mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos). Na apresentação do Relatório Gerencial, a Assessora Fabíola explicou que o documento registra o acompanhamento da taxa de administração, com o saldo em relação ao valor empenhado, liquidado e o valor pago, esclarecendo que inseriu mais um campo para acompanhamento dos valores referentes a construção que não vão ser descontados do valor de gestão do ano, e sim da reserva financeira, sendo o saldo referente ao valor da reserva de R\$ 12.358.259, 78 (doze milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, duzentos e cinquenta e nove reais e setenta e oito centavos). A assessora apresentou o resumo da Execução Orçamentária, receitas previdenciárias, administrativas e os valores empenhados e os valores registrados de março para abril/2023. Por fim a assessora Fabíola apresentou os gráficos disponibilizados, apresentando considerações quanto ao balancete orçamentário, gestão orçamentária e utilização da taxa de reserva, encerrando a apresentação destacando que o relatório que foi aprovado pelo conselho fiscal, conforme consta na ata que foi disponibilizada para o Conselho Deliberativo. Aberta a votação, o balancete de Março/2023 foi aprovado por unanimidade. O assessor Luis deu continuidade a apresentação, tecendo comentários inicialmente quanto ao cenário econômico atual, destacando a queda acentuada na curva de juros dos Estados Unidos, em somatório a uma visão mais cautelosa para a economia global. A alta nos juros afetou alguns bancos estrangeiros, ocorrendo quebra de instituições bancárias em países como nos EUA, acrescentando que acredita que já estamos próximos do fim das altas das taxas. Quanto aos investimentos, afirmou que a carteira apresenta investimentos no artigo 7ª – Títulos Públicos de aproximadamente 49%, chegando a bater a meta em 224% no ano. Quanto a renda variável brasileira, informou que os



fundos apresentaram rendimento negativo devido a volatilidade do mercado brasileiro com inseguranças políticas e econômicas, porém no exterior há indícios de melhoras. O assessor apresentou a evolução da carteira e sua rentabilidade no mês de Março/2023. Apresentou a alocação de investimentos por artigos, cenários e metas de investimento, registrando as movimentações financeiras, análise de risco por ativos, a agenda do mês de fevereiro, os fundos estressados, descrevendo os detalhes quanto aos fundos estressados, Pátria e FIDC. Apresentou também o investimento no Fundo estruturado (FIP), descrevendo também o patrimônio por gestores e um resumo dos investimentos. Aberta a votação, o Relatório de Investimentos foi aprovado por unanimidade. 4- Aprovação dos expedientes de Aposentadorias/Pensões. A diretora de benefícios Sandra informou que foram enviados por e-mail aos conselheiros 17 (dezessete) expedientes de concessão de benefícios para análise, sendo: dezesseis aposentadorias e uma pensão, não havendo manifestações. A Sra. Sandra anunciou os beneficiados, a saber: Aposentadorias – Sandra e Cássia Pereira Torres, Rosemeire Gomes de Freitas Santos, Donizeti Pereira de Moraes, Rejane Pozo, Benedita Aparecida Costa, Francisco Antonio Bizaria, Renata Aparecida Moyses de Freitas, José Augusto Rocha Fernandes, Nadia Utsunomiya, Rosana Vieira de Souza, Vera Lucia Moreira, Demevaldo Rodrigues de Souza, Zaira Aparecida Desiderio, Adriana Salinas, Alan Machado de Moura e Elisabeth Blois de Melo; Pensões: Benedito Albino dos Santos - Beneficiário: Maricleide Matos dos Santos. Apresentados os processos, todos foram aprovados. Durante a votação a Conselheira Adriana questionou sobre uma aposentadoria judicial, sendo respondido pelo advogado Francisco Caluza, que não acontece com frequência esta situação, entretanto o servidor Luiz Carlos da Silva, mesmo ainda não transitado em julgado o processo foi concedido o cumprimento provisório da sentença, esclarecendo que se trata de requerimento de judicialização de aposentadoria especial, devido ao indeferimento em 2017. 5 - Informes: a) Relatório de governança, será apresentado na Câmara em junho/23 com uma prestação de contas; A conselheira Adriana solicitou a apresentação do controle de frequência dos conselheiros, havendo concordância da presidente. A conselheira Danielle apresentou a sugestão do curso preparatório para os futuros conselheiros, tendo a presidente informado que possui receio de que o curso pode reduzir ainda mais a participação dos candidatos, sendo esclarecido pela conselheira Danielle que deve ser estimulada a formação dos futuros conselheiros, como uma forma de qualificar o conselho. A conselheira Marcia também entendeu ser importante a preparação dos conselheiros, afirmando que mesmo com sua experiência ainda apresenta necessidade de entender mais sobre a área de investimento, entendendo que um curso reforçaria o papel dos conselheiros, já a Conselheira Adriana destacou que o curso também auxiliaria como um dos métodos de divulgação do trabalho do conselho. A Diretora Sandra informou que atualmente procuram atender as necessidades dos novos conselheiros, integrando com a apresentação dos expedientes de aposentadorias e pensões, esclarecendo dúvidas. A conselheira Adriana falou sobre a necessidade de se organizar as discussões quanto ao novo edital com mais antecedência para atender as necessidades de mudanças. O advogado Caluza que a legislação prevê a data da posse e que a Comissão inicia os trabalhos no mês de agosto. A conselheira Lucieni sugeriu que os candidatos



recebam uma cartilha para conhecer um pouco mais sobre o conselho. A conselheira Daniele falou da responsabilidade do conselheiro, do compromisso e da necessidade de ampliar a diversidade de candidatos. A conselheira Adriana solicitou ainda uma avaliação quanto a quantidade de conselheiros. A presidente se prontificou a apresentar nas próximas reuniões uma minuta sobre a nova eleição, comentando ao final sobre as novas contratações após o concurso, esclarecendo que estes estão em fase de entrega de documentos. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 10h45. Eu, Adriana Cristina de Souza Faria secretária \_\_\_\_\_, lavrei a presente ata a qual será assinada pela presidente e conselheiros presentes após sua aprovação. Jacareí, vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e três. \*\*\*\*\*

**PRESIDENTE**

Rossana Vasques

**CONSELHEIROS**

Adriana Cristina de Souza Faria

Carlos Augusto Zani

Danielle de Paula

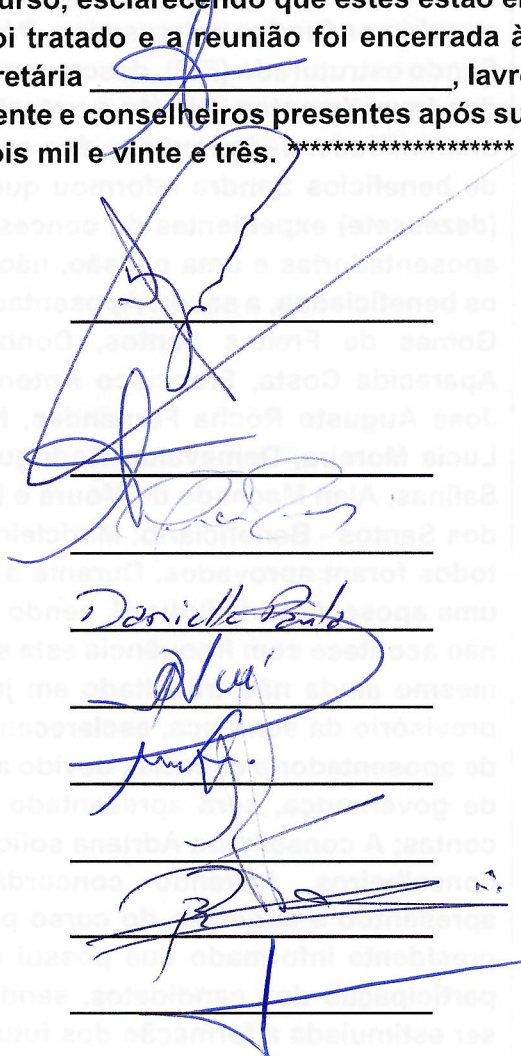
José Ricardo Vinhas

Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo

Lucieni Cristina Galvão Lázaro

Reynaldo Bueno Prianti Neto

Victor Adriano Vieira Silva



Handwritten signatures in blue ink corresponding to the names listed on the left. The signatures are written over horizontal lines. The signature for Danielle de Paula includes the number '71' written at the end.